

# A PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM PPL: POSSÍVEIS DIÁLOGOS PARA UMA EDUCAÇÃO CRÍTICO-REFLEXIVA

**MARTA SOUZA\***

Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), São Paulo, SP, Brasil.

Recebido em: 1º maio 2024. Aprovado em: 3 maio 2024.

Como citar este artigo: SOUZA, M. A prova de redação do Enem PPL: possíveis diálogos para uma educação crítico-reflexiva. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 24, n. 2, p. 179-194, maio/ago. 2024. DOI: 10.5935/cadernosletras.v24n2p179-194

## Resumo

Este estudo apresenta algumas considerações sobre a relevância de pensar o Enem para pessoas privadas de liberdade (PPL) como um convidativo para a construção de espaços de discussões sobre temáticas socialmente relevantes e que conduzam o estudante ao desenvolvimento de suas competências discursivas para uma atuação crítico-reflexiva diante de problemas públicos. Com base nos estudos de Freire sobre educação, de Maingueneau sobre as competências e

---

\* E-mail: smarta\_s@hotmail.com  
 <https://orcid.org/0000-0002-3642-672X>

de Abarge sobre a educação na prisão, e com a análise da prova de redação de 2016, inferimos que a estrutura organizacional da proposta possibilita ao candidato recursos para que seja possível o desenvolvimento de seu próprio texto, com a disponibilização de recursos que propiciem a compreensão da temática.

## Palavras-chave

Prova de redação. Políticas públicas. Enem PPL.

“O ser humano é descartável no Brasil  
Como Modess usado ou Bombril  
Cadeia? Guarda o que o sistema não quis  
Esconde o que a novela não diz  
 (“Diário de um detento”, Racionais MC’s).

É indiscutível que a educação consiste (ou deveria) em um processo de desenvolvimento e formação de um indivíduo em suas diferentes dimensões: físicas, intelectuais e morais. Trata-se, portanto, da formação integral para sua atuação como cidadão. Para Freire (2021), a educação deve ser concebida como uma ação transformadora permeada por atos políticos e de conscientização, em que o indivíduo seja capaz de agir de forma crítica e reflexiva. Considerar essa perspectiva nos conduz a pensar que a educação no sistema penitenciário é indispensável, haja vista a proposta de ressocialização e de transformação social da pessoa apenas para o exercício de sua liberdade e convívio na sociedade, pois “existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo *pronunciar*” (Freire, 2015b, p. 108, grifos do autor).

Estudos que tratam sobre o sistema penitenciário têm ganhado mais espaço no âmbito acadêmico, e deve ser considerado um terreno de muitas reflexões, pois revela a estreita relação da estrutura social e pode desvelar os posicionamentos ideológicos que permeiam as construções discursivas das políticas públicas. Compreender esses discursos possibilita entender as significações que envolvem a estrutura social e propicia consciência política e de classe.

Foucault (1987) apresenta considerações sobre a origem dos mecanismos de punição e analisa as alterações destes no decorrer da história e das mudanças

sociais. Entre o número de pessoas em todo o mundo que estão em um sistema de privação da liberdade, a concentração maior é de indivíduos com pouca instrução acadêmica e baixas condições socioeconômicas (Arbage, 2019). Dessa forma, o direito à educação de qualidade em unidades prisionais é um assunto de extrema importância e um mecanismo indispensável para garantir de fato o que é dito nas políticas públicas sobre a reintegração das pessoas privadas de liberdade (PPL) ao se tornarem egressas do sistema de reclusão.

No Brasil, o encarceramento como um viés de segurança pública está presente no percurso da história. Em uma breve trajetória pela educação e pelo sistema penitenciário, observamos que as propostas iniciais de propiciar o andamento dos estudos para jovens e adultos privados de liberdade foram realizadas por indivíduos voluntários. Isso significa que a preocupação com o processo de ensino-aprendizagem da formação básica não estava como prioridade do Estado, mas dependia de pessoas que, de alguma forma, se sensibilizaram com a situação e elaboraram formas de possibilitar a alfabetização em determinadas penitenciárias (Julião, 2016).

Somente no século XXI as discussões sobre a educação nas prisões passam a ganhar forma em políticas públicas, como na elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação no Sistema Prisional, aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Criminal Penitenciária (CNPCCP) em 2009 e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2010. É essa concretização que materializa a responsabilidade do Estado para com a educação de jovens e adultos em contexto de privação de liberdade. A partir disso, outras políticas passam a somar, como a Lei nº 12.433/2011, que propõe a remição de parte do tempo de execução da pena por meio do estudo ou trabalho, e a Resolução nº 9, de 18 de novembro de 2011, que trata da revisão das Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal e destaca, além da construção de novas unidades penais, a elaboração de projetos em estabelecimentos prisionais que contemplem atividades:

[...] a) administrativas; b) de almoxarifado; c) de atuação de estagiários; d) de serviços (alimentação, lavanderia, manutenção); e) de convivência; f) de salário; g) de refeição; h) religiosas; i) educativas; j) esportivas e de lazer; k) laborais; l) de visitas às pessoas; m) de visita íntima; n) de atendimento médico; o) de atendimento odontológico; p) de atendimento psicológico; q) de atendimento do serviço social; r) de atendimento jurídico; s) de comunicação reservada entre a pessoa presa e seu advogado; t) de enfermaria; u) de alojamento para agentes ou monitores; v) de alojamento para guarda externa; w) de berçário e/ou creche (Brasil, 2011c, p. 50).

O Decreto Presidencial nº 7.626, de 24 de novembro de 2011, estabelece o Plano Estratégico de Educação no Âmbito do Sistema Prisional (Peesp), com o objetivo de ampliação da oferta de educação nos sistemas prisionais, e contempla a educação básica para jovens e adultos nos âmbitos profissional e tecnológico, assim como a educação de ensino superior. Como diretrizes do plano, destacam-se: 1. promoção da reintegração social da pessoa em privação de liberdade por meio da educação; 2. integração dos órgãos responsáveis pelo ensino público com os órgãos responsáveis pela execução penal; e 3. fomento à formulação de políticas de atendimento educacional à criança que esteja em estabelecimento penal, em razão da privação de liberdade de sua mãe. Eis os objetivos do Peesp:

Art. 4º São objetivos do PEESP:

I – executar ações conjuntas e troca de informações entre órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal com atribuições nas áreas de educação e de execução penal;

II – incentivar a elaboração de planos estaduais de educação para o sistema prisional, abrangendo metas e estratégias de formação educacional da população carcerária e dos profissionais envolvidos em sua implementação;

III – contribuir para a universalização da alfabetização e para a ampliação da oferta da educação no sistema prisional;

IV – fortalecer a integração da educação profissional e tecnológica com a educação de jovens e adultos no sistema prisional;

V – promover a formação e capacitação dos profissionais envolvidos na implementação do ensino nos estabelecimentos penais; e

VI – viabilizar as condições para a continuidade dos estudos dos egressos do sistema prisional.

Parágrafo único. Para o alcance dos objetivos previstos neste artigo serão adotadas as providências necessárias para assegurar os espaços físicos adequados às atividades educacionais, culturais e de formação profissional, e sua integração às demais atividades dos estabelecimentos penais (Brasil, 2011a).

Além disso, o Peesp institui que a temática seja considerada nos diálogos e nas documentações das conferências nacionais de educação básica, assim como no Plano Nacional de Educação. Portanto, a educação prisional não é um benefício da sociedade para a pessoa privada de liberdade, mas um direito constitucional. De acordo com o histórico das discussões sociais, a educação é um direito a ser exercido e garantido por órgãos públicos. E essa garantia prevê condições de espaços físicos e de demandas sociais. Fugir dessas orientações valida o abismo social e o torna cada vez mais amplo.

## ENEM PPL E EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

O Brasil passa a ser reconhecido, por suas políticas para PPL e pelo diálogo com a educação, como um país que percebe, pelo menos no âmbito da teoria, o indivíduo preso como sujeito social (Julião, 2016). Como mencionado, uma das propostas trata da remição de pena, prevista na Lei de Execução Penal (LEP), no artigo 126, parágrafos 1º e 2º:

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

[...]

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011).

§ 1º A contagem de tempo referida no *caput* será feita à razão de: (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011)

I – 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar – atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional – divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011)

II – 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011)

§ 2º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011) (Brasil, 2011b).

A norma do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresenta a possibilidade de remição a partir da aprovação da pessoa privada de liberdade em exames nacionais de educação, como o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Para ambos os exames, são apresentadas pelo menos duas aplicações, a saber, a regular e aquela destinada às PPL, com responsabilidade na seleção de colaboradores para a elaboração, aplicação e correção das provas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O primeiro propõe a avaliação de competências, habilidades e conhecimentos para o público de jovens e adultos que não concluíram o ensino básico no tempo considerado adequado. O segundo avalia o desempenho de concluintes

do ensino médio e a possibilidade, de acordo com critérios preestabelecidos, de ingresso ao ensino superior.

O Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 438/1998, instituiu o Enem como um procedimento para a avaliação dos conhecimentos e das habilidades dos participantes ao finalizarem o ensino médio. Durante toda a jornada de aplicação do Enem, houve alteração na finalidade do exame, de somente um recurso de aferição dos conhecimentos adquiridos na educação básica para um instrumento avaliativo de conclusão do ensino médio, em alguns anos, e uma ferramenta de ingresso ao ensino superior. Com essas modificações, em 2010 o Enem passa a ser aplicado também como uma política pública em vista da ressocialização de PPL.

Todo o conjunto do exame requer um candidato que mobilize sua memória discursiva e os conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação, nos diversos âmbitos sociais, para que ocorra uma leitura significativa tanto das questões de múltipla escolha quanto da prova de redação. É necessário que o candidato selecione e organize certa diversidade de dados, fatos e informações para as possíveis construções de sentido dos enunciados das questões e suas alternativas, assim como da proposta de redação, a fim de construir uma argumentação consistente para a escolha da alternativa e para a defesa de um ponto de vista na prova de redação. Esse percurso exige a convocação de estratégias linguístico-discursivas em dada situação comunicativa. O sujeito discursivo deve apresentar competência no que tange às condições enunciativas para a construção de suas ideias, o qual precisa assumir o papel social de cidadão.

Para esse diálogo, direcionamos nossas reflexões na prova de redação do Enem, com maior especificidade, na aplicação para PPL, tendo em vista que visualizamos a proposta de redação para além de um texto em prosa, dissertativo-argumentativo, que visa avaliar as competências e habilidades desenvolvidas na trajetória escolar.

Ao solicitar a elaboração de uma tese, a prova de redação exige do candidato a construção de argumentos consistentes e sua organização para formar uma unicidade textual coerente e coesa. Além disso, é esperado, ainda, que o texto evidencie uma proposta de intervenção para o problema apresentado como temática da discussão. Isso significa que os conhecimentos a serem mobilizados não estão restritos aos construídos no ambiente escolar, mas referem-se a toda a formação do sujeito: crenças, experiências, posicionamentos ideológicos, formados na relação com o mundo. Segundo Rezende (2018, p. 489):

[...] o recorte temático proposto para a produção textual é o da reflexão sobre os conflitos e/ou as convergências entre três lugares de agência social: (i) Estado; (ii) sociedade (organizada sob a forma de ONG's, empresas privadas etc.) e (iii) indivíduos (tomados unitariamente ou em relação à família), havendo destaque para o papel do Estado acerca de problemas que ensejam ou que já são mediados por políticas públicas do Brasil contemporâneo. Da prova de produção textual do ENEM a partir de 2000, pode-se dizer que tem sido assente – ora de maneira mais explícita, ora menos – nessa tríade, sendo muito mais do que uma escolha aleatória de uma “questão social”. Há uma contextualização que mais ou menos contempla essa relação triangular “Estado-sociedade-indivíduo”.

O exame, ao propor que o candidato apresente uma intervenção a um dado problema social, espera que ele demonstre sua capacidade de não delimitar seus conhecimentos apenas ao aprendizado curricular. Contudo, a proposta de redação do Enem pode se tornar um convidativo para que as escolas extrapolem o currículo para uma aprendizagem significativa que desenvolva, de fato, a criticidade. Castro e Tiezzi (2005, p. 136) evidenciam que o Enem demanda um conhecimento de mundo para a interpretação de seus enunciados, o que vale para todas as aplicações do exame: a regular e aquela destinada às PPL. Nessa perspectiva, ao pensar o Enem PPL, a instituição responsável apresenta o seguinte:

As provas do Enem PPL têm o mesmo nível de dificuldade do Enem regular. A única diferença é a aplicação, que acontece dentro de unidades prisionais e socioeducativas indicadas pelos respectivos órgãos de administração prisional e socioeducativa, de cada unidade da Federação. Só podem participar aqueles que assinam Termo de Adesão, Responsabilidade e Compromisso, por meio de um sistema on-line (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021).

Se as provas do Enem PPL apresentam o mesmo nível de dificuldade, os critérios de elaboração e correção são mantidos. O enunciado temático da proposta consiste na apresentação de um tema socialmente relevante, e espera-se uma proposição de intervenção. Dessa forma, o tema é um recorte que delimita o assunto a ser tratado em determinada situação comunicativa e apresenta pistas de possíveis caminhos para o seu desenvolvimento, a partir da consideração dos elementos linguísticos que conduzem às formações discursivas que podem permeá-lo. Desse modo, se o Enem trata de temas sociais que

exigem os saberes diversos dos candidatos, pressupõe-se que todo enunciado temático deve conduzir ao exercício da reflexão e de atuação como sujeito social. Vejamos os temas propostos desde o início da aplicação do Enem PPL, em 2010, até o ano de 2023, assim como o número de inscritos, quando encontrados, nas edições:

**Tabela 1** – Enunciados temáticos do Enem PPL

Ajuda humanitária	2010	Sem divulgação exata
Cultura e mudança social	2011	Sem divulgação exata
O grupo fortalece o indivíduo?	2012	Sem divulgação exata
Cooperativismo como alternativa social	2013	Sem divulgação exata
O que o fenômeno social dos “rolezinhos” representa?	2014	Sem divulgação exata
O histórico desafio de se valorizar o professor	2015	45.579
Alternativas para a diminuição do desperdício de alimentos no Brasil	2016	54.312
Consequências da busca por padrões de beleza idealizados	2017	31.765
Formas de organização da sociedade para o enfrentamento de problemas econômicos no Brasil	2018	41.028
Combate ao uso indiscriminado das tecnologias digitais de informação por crianças	2019	46.238
A falta de empatia nas relações sociais no Brasil	2020	41.864
Reconhecimento da contribuição das mulheres nas ciências da saúde no Brasil	2021	54.228
Medidas para o enfrentamento da recorrência da insegurança alimentar no Brasil	2022	71.614
Desafios para a (re)inserção socioeconômica da população em situação de rua no Brasil	2023	84.169

Fonte: Elaborada pela autora.

A partir dessa sistematização, para exemplificação do processo de construção temática da prova de redação do Enem PPL, apresentamos uma breve análise da proposta aplicada no ano de 2016, ano em que houve mudanças na configuração da proposta em relação à organização e distribuição dos enunciados da prova, alterações que estão em vigência.

## REDAÇÃO ENEM PPL DE 2016: CONSTRUÇÃO TEMÁTICA

Ao primeiro contato com a proposta de redação, observa-se a construção da prova em três partes: 1. a presença de enunciados que apresentam as instruções ao candidato para elaboração da redação, de forma a atender aos critérios de correção, assim como o que conduz à atribuição de nota zero, ou seja, anulação do texto; 2. a exposição de quatro textos motivadores que evidenciam informações sobre o tema e auxiliam na delimitação da proposta com dados, fatos; 3. um enunciado que orienta o candidato sobre o percurso a ser realizado para a compreensão da proposta de redação, indicando a leitura dos textos motivadores, a mobilização dos conhecimentos construídos durante a formação do candidato nas diversas áreas do conhecimento, a especificação do gênero discursivo e a orientação do uso da língua de acordo com a situação comunicativa que requer adequação segundo o contexto de exame avaliativo. Há um enunciado que delimita o tema, seguido de outro que evidencia a produção de uma proposta de intervenção, avaliada na competência V, e a importância de respeitar os direitos humanos. Em seguida, há a presença de um enunciado que instrui sobre as competências III e IV, que avaliam a seleção e organização argumentativa do texto e a conexão entre as ideias, respectivamente (Imagem 1).

Observa-se que as orientações sobre a escrita do texto são localizadas na parte superior da folha, que pressupõe o primeiro contato de leitura do candidato, de cima para baixo e da esquerda para a direita. Essa estrutura indica a importância de seguir as regras estabelecidas para que a produção seja corrigida pela banca examinadora nas cinco competências.

O enunciado, composto de um tópico frasal, delimita o tema a ser abordado pelo candidato na produção da redação, além de ratificar informações apresentadas nos enunciados injuntivos, que se encontram no início da página da proposta, como especificar o gênero discursivo requerido para a construção do texto e a orientação sobre produzir uma proposta de intervenção sem ferir os direitos humanos.



## INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

## TEXTOS MOTIVADORES

### TEXTO I

Um terço dos alimentos produzidos no mundo é desperdiçado a cada ano – junto com toda a energia, mão de obra, água e produtos químicos envolvidos em sua produção e descarte. O Brasil tem 3,4 milhões de brasileiros que estão em situação de insegurança alimentar, o que representa 1,7% da população. Segundo relatório da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), de 2013, 805 milhões de pessoas, ou seja, 1 em cada 9 sofre de fome no mundo.

Disponível em: [www.bancodealimentos.org.br](http://www.bancodealimentos.org.br). Acesso em: 30 maio 2016 (adaptado).

### TEXTO II

O desperdício de alimentos no Brasil chega a 40 mil toneladas por dia, segundo pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Anualmente, a quantia acumulada é suficiente para alimentar cerca de 19 milhões de pessoas diariamente.

Disponível em: [www.redebraasilatual.com.br](http://www.redebraasilatual.com.br). Acesso em: 30 de maio 2016.

### TEXTO III



Disponível em: <http://infograficos.oglobo.globo.com>. Acesso em: 24 jun. 2016.

### TEXTO IV

O desperdício de alimentos nas sociedades ricas resulta de uma combinação entre o comportamento do consumidor e a falta de comunicação ao longo da cadeia de abastecimento. Os consumidores não conseguem planejar suas compras de forma eficaz e, por isso, compram em excesso ou exageram no cumprimento das datas de validade dos produtos. Por outro lado, os padrões estéticos e de qualidade levam os distribuidores a rejeitar grandes quantidades de alimentos perfeitamente comestíveis. Nos países em desenvolvimento, as grandes perdas pós-colheita, ainda na fase inicial da cadeia alimentar, são o principal problema.

Disponível em: [www.oruverde.org.br](http://www.oruverde.org.br). Acesso em: 30 maio 2016.

## PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Alternativas para a diminuição do desperdício de alimentos no Brasil", apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Imagem 1 – Proposta de redação do Enem PPL de 2016

Fonte: Inep.

Quando se consideram as noções de competências discursivas, os enunciados iniciais de instrução exigem a mobilização dos saberes construídos no processo de ensino-aprendizagem no âmbito escolar ao apresentarem as escolhas lexicais *dissertativo-argumentativo*, que requer do candidato o reconhecimento do gênero, e *proposta de intervenção*, em que o candidato deve acionar em sua memória os elementos básicos para a construção dessa proposta: ação – o que é proposto para intervir no problema discutido no texto; agente – responsável por executar a ação; modo/meio – como a ação será desenvolvida; efeito/finalidade – quais os resultados esperados com a proposta; detalhamento – um aprofundamento de um dos elementos anteriores.

A expressão *direitos humanos* também aciona conhecimentos construídos na escola e em outros espaços sociais para compreender as leis que regem a sociedade brasileira. Tais escolhas lexicais tratam da competência enciclopédica, que, para Maingueneau (2008a; 2008b), abarca a infinitude de conhecimentos construídos nas relações sociais. Essa competência é reforçada no último enunciado ao evidenciar *com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação*.

Ainda no trabalho com a competência discursiva enciclopédica, a proposta menciona o conceito de *modalidade formal da língua portuguesa*, em que requer o conhecimento das variedades linguísticas e a noção de situação comunicativa para adequação do uso da língua, de acordo com dado processo comunicativo. Esse enunciado também envolve a competência linguística, visto que, ao propor a escrita do texto na modalidade formal da língua, o candidato precisa explorar as características pautadas nas normas gramaticais da língua portuguesa. O diálogo entre as competências valida a cenografia de avaliação de conhecimentos adquiridos na formação escolar.

Maingueneau (2008a; 2008b) evidencia que o discurso se apresenta por meio de um gênero de discurso, que é construído e/ou modificado segundo as demandas sociais e na interação entre os participantes do processo comunicativo. Ao propor uma produção no gênero dissertativo-argumentativo sobre determinada temática socialmente relevante, o Enem fornece aos candidatos textos de apoio, ou textos motivadores, em que informações específicas são exibidas em relação ao tema da proposta de redação. Dessa forma, se o candidato, porventura, não souber como desenvolver a temática por dificuldades em relação ao assunto, os textos de apoio apresentam um conjunto de conhecimentos que são como pistas sobre o assunto a ser abordado e auxiliam no percurso de uma linha de raciocínio na construção textual.

O texto I, por exemplo, evidencia o percentual sobre o desperdício de alimentos no mundo e, com a presença de dados, demarca como foco a *insegurança alimentar* no Brasil. Partir do todo para a parte, isto é, do global para um determinado país, comunica o candidato que sua produção deve demonstrar reflexões como cidadão crítico e reflexivo brasileiro. A redação pode, também, utilizar-se dessa estratégia como recurso de organização para contextualizar o tema e, posteriormente, explicitar a tese/o ponto de vista a ser discutido e aprofundado por meio de uma argumentação consistente.

O texto de apoio I convida o candidato a atribuir juízo de valor ao tema do desperdício de alimentos e fornece informações que auxiliam no desenvolvimento da argumentação com presença de dados, como requerido na competência III: selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

O texto II dialoga com o anterior, mas apresenta ao candidato maior delimitação da temática em relação ao foco de desperdício de alimentos, pois destaca o país Brasil. O enunciado “Atualmente, a quantia acumulada é suficiente para alimentar cerca de 19 milhões de pessoas diariamente” apresenta aproximação com o apresentado no texto I em “O Brasil tem 3,4 milhões de brasileiros que estão em situação de insegurança alimentar”. Desse modo, espera-se que o candidato mobilize suas estratégias de leitura para *selecionar* esses enunciados e relacioná-los.

O texto III é construído por meio do uso das modalidades linguística e visual. A representação do *caminho do desperdício no Brasil* desmembra a informação apresentada no texto II sobre as *40 mil toneladas* de desperdício no Brasil por dia e faz uma ilustração do percentual desperdiçado da colheita até o consumidor.

O texto IV mostra informações que agregam maior detalhamento ao texto III e delinea sobre o desperdício na esfera do consumidor e distribuidor. Ele apresenta, com maior uso da modalidade linguística, o desperdício na trajetória pós-colheita. Dessa forma, é perceptível a busca por um estreitamento do tema da proposta de redação, de forma a traçar caminhos mais planejados para a construção de um texto que não fuja ao esperado pelos critérios de correção do exame. Todo o arranjo da composição dos textos de apoio é realizado de forma a evidenciar uma arquitetura de formação discursiva para chegar ao enunciado da proposta de redação propriamente dita, a saber, “As alternativas para a diminuição do desperdício de alimentos no Brasil”, como é possível ver na Figura 1.



Figura 1 – Sistematização temática

Fonte: Elaborada pela autora.

Esse movimento concomitante de detalhamento e delimitação temática requer do candidato a mobilização das competências discursivas para reconhecer as estratégias linguístico-discursivas utilizadas para apresentar o tema da proposta e as informações dadas para auxiliar na elaboração do texto do candidato.

Ler um texto não é “passear” licenciosamente, pachorrentamente, sobre as palavras. É apreender como se dão as relações entre as palavras na composição do discurso. É tarefa de sujeito crítico, humilde, determinado. Ler, enquanto estudo, é um processo difícil, até penoso, às vezes, mas sempre prazeroso também. Implica que o(a) leitor(a) se adentre na intimidade do texto para apreender sua mais profunda significação (Freire, 2000, p. 76).

É nesse diálogo que o candidato pode ou não apresentar uma imagem de si como um sujeito crítico-reflexivo com capacidade de compreender as esferas discursivas e a adequação da situação comunicativa (Maingueneau, 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Enem, como visualizamos, consiste em uma prova de larga escala e, portanto, tornou-se um evento comunicativo que possibilita acesso ao ensino superior. A proposta de elaboração de uma prova de redação que apresenta temas socialmente relevantes exige do candidato a mobilização de suas competências discursivas, tanto no processo de compreensão temática quanto para o desenvolvimento argumentativo, e a construção de uma proposição diante de dado problema social, visto que “o tema da enunciação é concreto, tão concreto como o instante histórico ao qual ela pertence. Somente a enunciação tomada em toda a sua plenitude concreta, como fenômeno histórico, possui um tema” (Bakhtin, 2004, p. 129).

A partir de uma breve análise da estrutura organizacional da prova de redação do Enem PPL, aplicada no ano de 2016, inferimos certa preocupação do exame em disponibilizar recursos linguístico-discursivos para que o candidato, mesmo em situações que o impossibilitem de maior contato com situações comunicativas voltadas às discussões de temáticas sobre os diversos problemas sociais, consiga compreender o tema e desenvolver reflexões sobre determinado assunto.

Essa construção nos conduz a pensar que o Enem, seja em sua aplicação regular, seja para PPL, é permeado por um discurso democrático. Contudo, desvela a urgência do ensino básico e da educação para os sujeitos privados de liberdade de oportunizar discussões sobre a necessidade de uma educação de qualidade e da formação de um sujeito crítico que atue como cidadão reflexivo. É necessário que o sujeito compreenda que não basta fornecer ferramentas para acesso ao ensino superior se de fato não ocorre democratização no ensino; que não basta propor a remição de pena se não são ofertados mecanismos que propiciem reflexões, tanto para os privados de liberdade quanto para a sociedade, a fim de possibilitar a reintegração do sujeito à sociedade de forma efetiva.

É preciso, porém, que tenhamos na resistência que nos preserva vivos, *na compreensão do futuro como problema* e na vocação para o *Ser mais* como expressão da natureza humana em processo de *estar sendo*, fundamentos para a nossa *rebeldia* e não para a nossa *resignação* em face das ofensas que nos destroem o ser. Não é na resignação, mas na *rebeldia* em face das injustiças que nos afirmamos (Freire, 2015a, p. 76, grifos do autor).

Quando se consideram as condições de sujeitos privados de liberdade, parece tão óbvia a conclusão de que há restrições para o seu desenvolvimento integral que, muitas vezes, enunciados sobre a relação entre a educação e a reintegração social são construídos, mas as reflexões sobre o que desvelam são silenciadas. Refletir sobre a atuação do Enem como um recurso de política pública com vista, a princípio, à remição de pena por estudo e à aprovação no exame requer discussões sobre o papel da escola nos espaços de privação de liberdade.

## The Enem PPL writing test and possible dialogue for a critical-reflective education

### Abstract

The objective is to present some considerations about the relevance of thinking about the Enem for people deprived of liberty (PDL) as an invitation for the construction of spaces for discussions on socially relevant themes and that lead the student to the development of their discursive skills for a critical-reflexive action in the face of public problems. Based on Freire's studies on education, Maingueneau's on competencies and Abarge's in relation to education in prison and with the analysis of the 2016 writing test, we infer that the organizational structure of the proposal provides the candidate with resources to develop his own text, with the availability of resources that provide the understanding of the theme.

### Keywords

Essay exam. Public policies. Enem. PDL.

## REFERÊNCIAS

- ARBAGE, L. A. *Educação em unidades prisionais: aspectos político-criminais*. Curitiba: Appris, 2019.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRASIL. Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 nov. 2011a.

BRASIL. Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 jun. 2011b.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. *Diretrizes básicas para arquitetura penal*. Revisão técnica (ortográfica e metodológica): Gisela Maria Bester. Brasília, DF: CNPCP, 2011c.

CASTRO, M. H. G.; TIEZZI, S. A reforma do ensino médio e a implantação do Enem no Brasil. In: SCHWARTZMAN, S.; BROCK, C. *Os desafios da educação no Brasil*. Tradução: Ricardo Silveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 115-147.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015a.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Enem PPL. Inep, 2016. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/provas/2016/2016\\_PV\\_reaplicacao\\_PPL\\_D2\\_CD13.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2016/2016_PV_reaplicacao_PPL_D2_CD13.pdf). Acesso em: 20 abr. 2024.

JULIÃO, E. F. Escola na ou da prisão? *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 36, n. 98, p. 25-42, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016162554>

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Tradução: Maria Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Organização: Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2008a.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008b.

REZENDE, R. C. Políticas públicas como tema de produção textual: uma análise bakhtiniana de cinco edições da prova de redação do ENEM. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 18, n. 3, p. 485-506, set./dez. 2018.